

Nos dias 17 e 18 de
novembro, vote

CHAPA 1

Unidade
Experiência
& **Ação**

PROGRAMA DE
GESTÃO
2027/2029

UNACON
Sindical

UNACON
União Nacional dos Auditores e Técnicos
Federais de Finanças e Controle

META

Consolidar os avanços da Carreira de Finanças e Controle dos últimos anos; defender, de igual maneira, Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle, ativos e aposentados, e seus pensionistas; buscar o fortalecimento institucional da CGU e da STN; articular entidades de classe na luta pelas pautas convergentes do serviço público.





COMPOSIÇÃO



PRESIDENTE

Rudinei Marques

AFFC CGU ATIVO

Mestre e Doutor em Filosofia; Especialista em Contabilidade, Auditoria e Finanças Governamentais; Especialista em Literatura, Artes e Filosofia. Graduado em Processamento de Dados; Bacharel em Contabilidade; Licenciado e Bacharel em Filosofia; Licenciado em Letras – Língua Espanhola e Literatura Hispano-Americana. Formação no programa de lideranças do sindicalismo do setor público brasileiro, na Hertie School, em Berlim.

No UNACON Sindical, atuou como Presidente (2011-2020; 2024-2026) e Secretário-Executivo (2021-2023); presidente do Fórum Nacional das Carreiras Típicas de Estado – FONACATE (2016-2026); presidente da Federação Nacional dos Auditores de Controle Interno Público FENAUD (2020-2026); secretário adjunto da Unión Latinoamericana de Trabajadores de Organismos de Control – ULATOC/Unión Internacional de Trabajadores de Organismos de Control – UITOC (2021-2026). Membro da Câmara Técnica de Transformação do Estado do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CTTE/CDESS) desde 2023.

VICE-PRESIDENTE

Márcia Sales Uchôa

AFFC STN APOSENTADA

Graduada em Arquitetura e Urbanismo.

Foi Presidente da Comissão de Representantes dos servidores das Coordenações da STN (2000-2004); No UNACON Sindical, atuou como Secretária de Assuntos Parlamentares (2004-2007), Secretária-Executiva (2007-2011) e vice-Presidente do UNACON Sindical (2011-2017).



SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Daniel Lara

TFFC CGU ATIVO

Pós-graduado em Direito Administrativo Disciplinar e mestre em Ciências Florestais.

Técnico Federal de Finanças e Controle (desde 1995). Foi Assessor de Integridade da Presidência da Dataprev; foi Corregedor do Ministério do Desenvolvimento Regional e é o atual Corregedor do Ministério da Educação.

No UNACON Sindical, atuou como Vice-Presidente (2018–jun/2023), Presidente (jun–dez/2023) e Secretário-Executivo do Sindicato (2011–2017; 2024–2026). Diretor de Finanças da Federação Nacional dos Auditores de Controle Interno Público – FENAUD (2020–2023).



DIRETOR DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Roberto Kodama

AFFC CGU ATIVO

Mestre em Direito; pós-graduado em Ética Pública, Transparência e Combate à Corrupção; especialista em Ouvidoria Pública.

Auditor Federal de Finanças e Controle (desde 2004). Foi membro da equipe de Pareceristas dos Recursos da Lei de Acesso à Informação na OGU/CGU (2018–2023), e atualmente encontra-se lotado na Diretoria de Entendimentos e Recursos de Informação da Secretaria Nacional de Transparência e Acesso à Informação.

No UNACON Sindical, atuou como Diretor de Comunicação Social (2021–2023) e de Assuntos Jurídicos (2011–2020; 2024–2026); Secretário da Unión Latinoamericana de Trabajadores de Organismos de Control – ULATOC/Unión Internacional de Trabajadores de Organismos de Control – UITOC (desde 2018).





DIRETOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Luiz Alberto Vieira Filho

AFFC STN ATIVO

Mestre e Graduado em Economia.

Auditor Federal de Finanças e Controle (desde 2007). Na STN, trabalhou na COPEM, no Gabinete do Secretário e na CODIN. Atuou também na SPE, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e na Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República. Atualmente cedido à Câmara dos Deputados..

Delegado Sindical do DF do UNACON Sindical (2018–2023); Diretor de Comunicação Social do UNACON Sindical (2024–2026).



DIRETOR DE FILIADOS

Arivaldo Sampaio (Ari)

AFFC STN APOSENTADO

Licenciado e Bacharel em Educação Física.

Auditor Federal de Finanças e Controle (desde 1988). Atuou nas gerências orçamentária, financeira e de recursos humanos da STN.

Diretor de Finanças (2018–2023) e Diretor de Filiados (2024–2026) do UNACON Sindical. Foi Delegado Sindical do DF (2011–2017). É um dos fundadores do UNACON Sindical e da UNACON associação.



DIRETOR DE FINANÇAS

Frederico Carlos Janz (Carlão)

TFFC CGU APOSENTADO

Técnico em Secretariado Executivo.

Atuou na Coordenação Geral de Operações Especiais da CGU (2007–2017). Diretor de Assuntos Jurídicos (2021–2023), Diretor de Comunicação Social (2018–2020), Diretor de Finanças (2024–2026) do UNACON Sindical; Delegado Sindical do DF (2011–2017).



I. CARREIRA ESTRATÉGICA E VALORIZADA

01. Reorganização da carreira

REALIZADO: a Lei nº 15.141/2025 retirou a Carreira de Finanças e Controle do Ciclo de Gestão (arts. 206 e 207). A atual gestão atua para consolidar essa mudança, reorganizar a carreira e definir seu espaço próprio na Administração Pública. Nesse contexto, está prestes a ser enviado ao Congresso Nacional o projeto de lei que altera a denominação da carreira para Auditoria Federal de Finanças e Controle, criando condições para sua inserção no grupo de Auditoria Federal. O projeto também reconhece atribuições e prerrogativas, estabelece a progressão em 12 meses e até 3 acelerações.

PRÓXIMOS PASSOS: assegurar o envio do projeto ao Legislativo e emendá-lo em pontos específicos, a exemplo da exigência de nível superior para ingresso ao cargo de TFFC.

OBJETIVOS: carreira reorganizada e valorizada, com prerrogativas e atribuições indelegáveis definidas em lei e integrada ao grupo de Auditoria Federal.

02. Superação das assimetrias remuneratórias

REALIZADO: integrantes da Chapa 1 – Unidade, Experiência e Ação estiveram à frente da Campanha Salarial de 2008, quando se superou a assimetria remuneratória com o Fisco Federal, levando a carreira à maior correlação remuneratória com a RFB, em 2010, com 95%. Também participaram das negociações de 2012, 2015 e 2023, quando essa correlação foi mantida. Na negociação de 2024, embora tenha garantido ganhos reais no período de 2023 a 2026, outras carreiras de Estado receberam tratamento mais vantajoso. A próxima campanha salarial exigirá experiência, unidade e muita mobilização, que estamos preparados para liderar.

PRÓXIMOS PASSOS: garantir simetria remuneratória com a RFB.

OBJETIVOS: carreira posicionada no topo remuneratório do Executivo Federal, capaz de atrair e reter talentos.

03. Fundo Nacional de Integridade, Transparência e Qualidade do Gasto Público

REALIZADO: elaboramos o anteprojeto de lei para criação do Fundo Nacional de Integridade, Transparência e Qualidade do Gasto Público, destinado ao fortalecimento institucional da CGU e da STN e à valorização da Carreira de Finanças e Controle. Em maio de 2026, o texto foi entregue ao ministro da CGU e ao secretário da STN, com proposta de criação de grupo de trabalho interministerial para avaliar o projeto e sua estratégia de encaminhamento.

PRÓXIMOS PASSOS: viabilizar a criação do grupo de trabalho interministerial e inserir o projeto na pauta governamental.

OBJETIVOS: Fundo Nacional de Integridade, Transparência e Qualidade do Gasto Público aprovado pelo Congresso Nacional, convertido em lei e destinado ao aperfeiçoamento institucional dos órgãos supervisores e à valorização da carreira.

04. Cumprimento integral do acordo salarial de 2024

REALIZADO: o Sindicato promoveu atos de protesto, assembleias e reuniões com MGI, CGU e STN, e representou contra a União no MPT e na CEP/PR pelo descumprimento do acordo salarial de 2024. Em julho de 2026, a atual gestão foi recebida pela Casa Civil, que reafirmou a intenção do cumprimento integral do pactuado. Em 4 de setembro de 2026, por meio do Ofício SEI nº 114152/2026, o MGI informou que o projeto está finalizado para envio ao Congresso Nacional. Na CGU, fizemos mais de 200 acordos com a AGU, o que liberou espaço para progressão em 12 meses a todos, com a tese de que os servidores com acordo não entrariam no limite de 50% do Decreto 84.669/90.

PRÓXIMOS PASSOS: assegurar a aprovação do projeto de lei visando ao cumprimento integral do acordo salarial de 2024,

assim como a regulamentação das progressões e acelerações.

OBJETIVOS: Termo de Acordo nº 41/2024 integralmente cumprido.

05. Revitalização do cargo de TFFC

REALIZADO: o Termo de Acordo nº 25/2015 resultou na definição legal das atribuições dos cargos e na exigência de nível superior para TFFC. O projeto de lei foi enviado ao Congresso Nacional e aprovado na Câmara e no Senado. Mas, posteriormente, o NS foi objeto de veto presidencial na sanção da Lei nº 13.327/2016. As atribuições do TFFC foram regulamentadas na CGU pela Portaria nº 814/2020, o que resolveu eventuais conflitos de atividades. O concurso da CGU de 2022, com 75 vagas para TFFC, foi uma conquista da atual gestão. Em 2026, foi reativado o Fórum dos TFFCs e contratada consultoria especializada para elaborar estudos técnicos voltados à revitalização do cargo. Já foram agendadas entrevistas com servidores dos órgãos supervisores e do MGI, assim como apresentados os primeiros relatórios.

PRÓXIMOS PASSOS: concluir os estudos e formular estratégia permanente de revitalização do cargo, inclusive na STN, que não realiza concurso para TFFC desde 1994.

OBJETIVOS: TFFC valorizado, com melhoria da correlação remuneratória com o AFFC, novos concursos, ingresso de nível superior e perspectivas profissionais de longo prazo.

06. Recomposição dos quadros de pessoal

REALIZADO: a recomposição dos quadros é pauta permanente do Sindicato, que tem denunciado a carência de pessoal, a utilização irregular de requisitados e a insu-

ficiência dos concursos. Em 2026, foi autorizada a realização de concurso da CGU com 60 vagas de AFFC, potencialmente ampliáveis para 120, número ainda insuficiente diante da carência superior a 50% das vagas legalmente previstas. Na STN, o concurso realizado ofereceu apenas 40 vagas, com nomeação de parte dos excedentes e posterior autorização de mais 20 vagas adicionais, tudo isso insuficiente diante da necessidade atual de reposição e das aposentadorias projetadas.

PRÓXIMOS PASSOS: intensificar a cobrança por concursos para TFFC e AFFC; levar o tema a audiências públicas no Congresso Nacional; ampliar a exposição pública da insuficiência de pessoal; aprofundar os estudos sobre aposentadorias futuras; e cobrar novos concursos na CGU e na STN.

OBJETIVOS: recomposição dos quadros da CGU e da STN, com metas anuais de concursos e provimentos.

07. Regulamentação da Indenização de Fronteira

REALIZADO: após anos de atuação sindical, a Medida Provisória nº 1.375/2026 estendeu à Carreira de Finanças e Controle a Indenização de Fronteira prevista na Lei nº 12.855/2013. No dia 1º de setembro, no Senado Federal, a Comissão Mista do Congresso aprovou o relatório do Senador Eduardo Gomes que estendeu o benefício a toda a Amazônia Legal, assim como atualizou o valor de R\$ 91,00 para R\$ 191,00.

PRÓXIMOS PASSOS: acompanhar tramitação da MP e lutar pela manutenção, nas votações no Plenário da Câmara e do Senado, do relatório aprovado na Comissão Mista.

OBJETIVOS: Indenização de Fronteira paga aos servidores da Carreira de Finanças e Controle do maior número possível de estados, com valores corrigidos.



II. CGU E STN FORTES PARA UM ESTADO FORTE

08. Lei Orgânica da CGU e inserção da CGU na Constituição Federal

REALIZADO: o Sindicato levou ao Congresso Nacional e ao ministro da CGU as demandas por autonomia, estrutura, orçamento e quadro de pessoal compatíveis com as funções do órgão. Em 2013 e 2014, promoveu audiências públicas na Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados sobre o anteprojeto de Lei Orgânica da CGU. Também atuou no Senado pela preservação da função de ouvidoria no controle interno e pelo desarquivamento da PEC 45/2009. Em 2024, o ministro da CGU comprometeu-se com a elaboração dos projetos de Lei Orgânica e de inserção da CGU na Constituição Federal; os textos estão prontos e aguardam o momento adequado para iniciar a tramitação interna no governo.

PRÓXIMOS PASSOS: assegurar a tramitação interna dos dois projetos, promover consulta pública e, posteriormente, viabilizar seu encaminhamento ao Congresso Nacional.

OBJETIVOS: CGU forte, autônoma e estruturada, dotada dos instrumentos necessários ao combate à corrupção e à melhoria da qualidade do gasto público; Lei Orgânica aprovada e CGU inscrita na Constituição Federal.

09. Secretaria Especial do Tesouro Nacional

REALIZADO: a atribuição à STN do status de Secretaria Especial foi incorporada à

pauta de reivindicações do Sindicato e deve integrar o projeto de lei de reorganização da carreira.

PRÓXIMOS PASSOS: acompanhar o projeto de lei de reorganização da carreira e garantir sua aprovação.

OBJETIVOS: atribuição, por lei, do status de Secretaria Especial à STN.

10. Preservação das atribuições da carreira

REALIZADO: em 2026, o Sindicato ajuizou Mandado de Segurança contra edital da CGU que, segundo a entidade, permitiria a transferência de atribuições privativas da carreira a terceiros. Também atuou com êxito no Congresso Nacional contra o PL nº 3.995/2024, que entregava parte das atribuições da carreira para a iniciativa privada. Com a reorganização da carreira e a definição de atribuições privativas, em projeto de lei a ser enviado em breve ao Congresso Nacional, foi pactuada com a CGU a edição de portaria para delimitar as áreas e atividades em que serão admitidos requisitados; medida equivalente deverá ser adotada na STN.

PRÓXIMOS PASSOS: assegurar que CGU e STN normatizem a atuação de requisitados sem transferir ou delegar atribuições legalmente cometidas aos Auditores e Técnicos Federais de Finanças e Controle.

OBJETIVOS: respeito às atribuições exclusivas e indelegáveis dos cargos da Carreira de Finanças e Controle.



III. FOCO NOS INTERESSES DA CARREIRA

11. Regulamentação da negociação coletiva no setor público

REALIZADO: o Sindicato articulou a tramitação e aprovação, no Senado, do PLS nº 3.831/2015, posteriormente vetado. Em conjunto com carreiras de Estado, participou da elaboração do PLS nº 287/2013, sobre o direito de greve. Em 2026, atuou para que o Governo encaminhasse ao Congresso Nacional o PL nº 1.893/2026, que estabelece regras para negociação coletiva e organização sindical no setor público.

PRÓXIMOS PASSOS: assegurar a aprovação e sanção do PL nº 1.893/2026.

OBJETIVOS: negociações salariais anuais, efetivas e juridicamente seguras.

12. Fim do confisco previdenciário de aposentados e pensionistas

REALIZADO: o Sindicato atuou historicamente pela aprovação da PEC nº 555/2006 e, após a EC nº 103/2019, participou da construção da PEC nº 6/2024, que prevê o fim gradual da contribuição (confisco) previdenciária de aposentados e pensionistas. Participou das atividades do MO-SAP e, em agosto de 2026, esteve entre as entidades recebidas pela Casa Civil para tratar da matéria.

PRÓXIMOS PASSOS: articular o apensamento da PEC nº 6/2024 à PEC nº 555/2006, viabilizar sua tramitação e construir maioria para sua aprovação no Congresso Nacional.

OBJETIVOS: cessação da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas do setor público.

13. Retomada do Adicional de Tempo de Serviço

REALIZADO: a partir das decisões do STF sobre o pagamento de quinquênios a membros da Magistratura e do Ministério Público, foi elaborada, no âmbito do Fó-

rum das Carreiras de Estado, proposta de emenda à Constituição para estender o benefício aos servidores públicos ativos e aposentados. A proposta encontra-se em fase de viabilização legislativa.

PRÓXIMOS PASSOS: articular a apresentação da proposta no Senado Federal e obter as assinaturas necessárias à sua formalização.

OBJETIVOS: retomada do Adicional de Tempo de Serviço a servidores públicos ativos e aposentados.

14. Reajuste de benefícios

REALIZADO: a atuação da atual gestão na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) foi fundamental para o reajuste de 160% do auxílio-alimentação, de R\$ 458,00, em 2022, para R\$ 1.192,00, em 2026; o reajuste de 64% da assistência pré-escolar e de 46% da assistência suplementar à saúde. A atuação também foi fundamental para o reajuste da Indenização de Transporte, congelada havia 27 anos em R\$ 17,00 e corrigida para R\$ 82,36 (380%) por dia de uso de veículo próprio para realização de atividades externas.

PRÓXIMOS PASSOS: manter articulação com as entidades das carreiras de Estado que mais viajam a serviço com o objetivo de reajustar o valor das diárias. Seguir na luta pela correção anual dos benefícios.

OBJETIVOS: Benefícios corrigidos anualmente. Diárias em valor suficiente para cobrir despesas de viagem.

15. Criação do auxílio-nutrição para aposentados

REALIZADO: A atual gestão levou à MNNP a proposta de criação do auxílio-nutrição para aposentados, no mesmo valor do auxílio-alimentação dos ativos, atualmente de R\$ 1.192,00.

PRÓXIMOS PASSOS: articular com demais entidades do setor público visando à criação do auxílio-nutrição aos servidores aposentados.

OBJETIVOS: criação do auxílio-nutrição para servidores aposentados.

16. Isenção de Imposto de Renda sobre o Benefício Especial nas migrações para o RPC

REALIZADO: o Sindicato ajuizou ação na Justiça Federal buscando isentar de Imposto de Renda o Benefício Especial no caso das migrações de TFFC's e AFFC's para o Regime de Previdência Complementar. A ação tramita na 4ª Vara Federal do DF.

PRÓXIMOS PASSOS: acompanhar o processo, atuar pela consolidação de entendimento favorável e adotar as medidas necessárias para sua efetivação.

OBJETIVOS: isenção de IR sobre o Benefício Especial dos servidores que migraram para o RPC.

17. Registro formal do valor do Benefício Especial nos assentamentos funcionais

REALIZADO: a demanda foi apresentada ao MGI no âmbito da Mesa Nacional de Negociação Permanente, em articulação com outras carreiras interessadas.

PRÓXIMOS PASSOS: demonstrar ao MGI e à AGU a relevância jurídica e administrativa do registro formal do benefício.

OBJETIVOS: valor do Benefício Especial registrado no SIAPE, com atualização monetária até a concessão da aposentadoria.

18. Aplicação de teto salarial distinto para subsídio e cargo em comissão

REALIZADO: diante de decisões recentes do STF e do TCU, o Sindicato reuniu contracheques de servidores da Carreira de Finanças e Controle submetidos a abate-teto pela soma das parcelas remuneratórias e judicializou a questão. Em tratativas com a AGU, a atual gestão suspendeu por 60 dias a tramitação judicial, a fim de proporcionar condições para um parecer favorável pela AGU.

PRÓXIMOS PASSOS: atuar junto ao MGI para que seja normatizado o cômputo separado da remuneração do cargo efetivo e dos valores decorrentes do exercício de cargo ou função comissionada.

OBJETIVOS: assegurar o cômputo distinto da remuneração do cargo efetivo e das parcelas decorrentes do exercício de cargos ou funções comissionadas, para fins de incidência do teto constitucional.

19. Aprimoramento da política de mobilidade interna dos órgãos supervisores

REALIZADO: após atuação do Sindicato, a CGU instituiu, pela Portaria SE/CGU nº 280, de 19 de agosto de 2026, a política de mobilidade interna "CGU + Conexão", conferindo maior previsibilidade e caráter permanente à movimentação dos servidores. Foram publicados editais para remoção com exercício centralizado e movimentação por permuta. Seguiremos atuando para aperfeiçoar o modelo, inclusive com a realização de remoção, antes no próximo concurso, nas Regionais de difícil provimento. Além disso, buscaremos garantir que a permanência nestes locais tenha vantagens nos concursos de remoção.

PRÓXIMOS PASSOS: consolidar e aperfeiçoar a política de mobilidade na CGU e estruturar política permanente e previsível de mobilidade interna na STN.

OBJETIVOS: políticas permanentes, transparentes e previsíveis de mobilidade interna nos órgãos supervisores.

20. Consolidação do Programa de Gestão por Desempenho – PGD

REALIZADO: em 2014, o Sindicato apresentou a primeira proposta de teletrabalho na CGU, convertida em experiência-piloto em 2015 pela Portaria nº 1.242/2015. Durante a pandemia, essa experiência contribuiu para a expansão do PGD na Administração Pública Federal. Desde então, o Sindicato atua pelo aperfeiçoamento do programa na CGU e na STN.

PRÓXIMOS PASSOS: na CGU, ampliar o teletrabalho integral, permitir o exercício

presencial em qualquer unidade, estabelecer regras específicas para unidades regionais e consolidar o PGD como instrumento de gestão por resultados. Na STN, revisar tratamento aos servidores em estágio probatório, evitar alterações abruptas das regras e estabelecer critérios ob-

jetivos e transparentes para participação no PGD integral.

OBJETIVOS: PGD orientado a resultados, com ampliação do teletrabalho integral e eliminação de restrições desproporcionais.

IV. SINDICATO DEMOCRÁTICO E PARTICIPATIVO

21. Fortalecimento das instâncias sindicais

REALIZADO: a atual gestão garantiu representações sindicais em todos os estados da federação. A última reforma estatutária simplificou estruturas e concentrou o trabalho administrativo na Diretoria Nacional. Foram fortalecidos espaços de diálogo e construção coletiva, como assembleias gerais e setoriais e reuniões do Conselho de Delegados Sindicais.

PRÓXIMOS PASSOS: ampliar a articulação entre as instâncias, conferir maior autonomia às representações, formar lideranças e assegurar participação efetiva na formulação e execução das estratégias sindicais.

OBJETIVOS: Delegados Sindicais qualificados e instâncias sindicais estruturadas e atuantes.

22. Governança, transparência e participação

REALIZADO: foi criado o Caderno de Transparência, iniciativa única no âmbito do sindicalismo do setor público, a fim de dar publicidade integral à gestão financeira da entidade. O Conselho Fiscal foi desvinculado da Diretoria Executiva Nacional, reforçando sua autonomia e independência. Balancetes e demais demonstrativos contábeis são publicados regularmente em área restrita do site oficial.

PRÓXIMOS PASSOS: ampliar a transparência para além da prestação de contas financeira, com publicação anual dos resultados da atividade sindical.

OBJETIVOS: UNACON Sindical como referência nacional em transparência, participação e gestão.

23. Aprimoramento da plataforma de convênios e serviços

REALIZADO: foi contratada ampla plataforma de benefícios e convênios, o You Huul, com descontos variáveis que vão desde a aquisição de veículos à mensalidades escolares. Também foi contratado o Wellhub, ampliando o acesso de filiados e dependentes a serviços de bem-estar e saúde. Foi, ainda, consolidado o serviço de carta-fiança, utilizado por dezenas de filiados.

PRÓXIMOS PASSOS: ampliar a divulgação e o uso dos benefícios e convênios disponíveis, avaliando continuamente sua efetividade e aderência às necessidades dos filiados.

OBJETIVOS: plataforma de serviços e convênios ampla, acessível e alinhada às necessidades dos filiados.

24. Alternativas de planos de saúde

REALIZADO: são oferecidas duas alternativas de planos de saúde aos filiados, por meio da plataforma de convênios You Huul: Unimed Vitória, administrado pela Allcare, e MedSênior, destinado a filiados com mais de 44 anos. E o Sindicato está fazendo uma nova parceria com a SulAmérica, para ampliar a oferta de planos de saúde aos filiados.

PRÓXIMOS PASSOS: diante do aumento dos custos dos planos de saúde utilizados pela carreira e seus dependentes, será necessário ampliar e diversificar as alternativas disponíveis aos filiados.

OBJETIVOS: disponibilizar, no mínimo, três alternativas de planos de saúde aos filiados.

25. Consolidação do Programa RESPIRA

REALIZADO: o Programa RESPIRA aproximou o Sindicato dos filiados ativos, aposentados e pensionistas, oferecendo iniciativas de acolhimento, cuidado e integração. A agenda de eventos – dia dos aposentados, festa junina, confraternização de final de ano e outros – está consolidada e tem cumprido a missão institucional da UNACON associação.

PRÓXIMOS PASSOS: avaliar os resultados do programa a fim de adequá-lo às necessidades dos diferentes segmentos da carreira.

OBJETIVOS: Programa RESPIRA consolidado, abrangente e reconhecido pelos filiados como instrumento permanente de integração e cuidado.

26. Aprimoramento da comunicação com os filiados

REALIZADO: além do Informativo Finanças & Controle, foram produzidos boletins jurídicos, informativos para aposentados, materiais sobre reforma da previdência e campanha salarial, Cadernos de Transparência e publicações comemorativas. O programa Unacon Itinerante percorreu todas as Regionais do país. O site foi remodelado e os canais digitais, incluindo Facebook, WhatsApp e Instagram, foram ampliados, com destaque para a produção de vídeos e o alcance do Instagram.

PRÓXIMOS PASSOS: aperfeiçoar os mecanismos de comunicação, fortalecer a comunicação direta entre a Diretoria Executiva Nacional e os filiados e ampliar a interação digital e a participação em assembleias e reuniões.

OBJETIVOS: UNACON Sindical reconhecido nacionalmente pela qualidade, tempestividade e efetividade da comunicação com seus filiados.

27. Conclusão da modernização da estrutura sindical

REALIZADO: foi preparado o conjunto de medidas necessário para que as Regionais realizem assembleias de constituição das Delegacias Sindicais, registrem seus regimentos internos, criem contas próprias e passem a operar exclusivamente como Delegacias Sindicais, reduzindo custos e permitindo maior integração contábil. Algumas Delegacias já concluíram o processo, inclusive com extinção da associação local. A reforma estatutária também reduziu a burocracia regional, tornando possível a representação por um único Delegado Sindical.

PRÓXIMOS PASSOS: concluir e consolidar o processo de modernização das estruturas sindicais, assegurando transição organizada e funcionamento regular das Delegacias Sindicais.

OBJETIVOS: representações estaduais enxutas, ágeis, autônomas e efetivas.

28. Campanha permanente de estímulo às filiações

REALIZADO: a atual gestão promoveu 1.751 filiações ou refiliações ao Sindicato, e manteve campanhas de filiação ao longo do mandato.

PRÓXIMOS PASSOS: transformar as campanhas de filiação em política permanente, com ações direcionadas a servidores recém-ingressos, não filiados e segmentos ainda sub-representados.

OBJETIVOS: universalização da filiação entre os servidores da carreira.

29. Aprimoramento da prestação de informações sobre ações judiciais

REALIZADO: foram publicados boletins jurídicos com informações sobre ações em fase de conhecimento e execução. O site foi reestruturado para ampliar o acesso dos filiados às informações processuais. São realizadas reuniões periódicas com o escritório de assessoria jurídica, encon-

tros com interessados e divulgação de novas ações e resultados.

PRÓXIMOS PASSOS: aperfeiçoar continuamente a comunicação jurídica, com informações claras, tempestivas e acessíveis aos filiados.

OBJETIVOS: comunicação jurídica ágil, tempestiva e transparente, permitindo ao filiado acompanhar as ações de seu interesse.

30. Realização do IV Congresso Nacional da Carreira de Finanças e Controle

REALIZADO: em novembro de 2012, foi realizado o II CONACON e, em 2019, o III CONACON, ambos destinados à definição de diretrizes para a atuação sindical. Grande parte das diretrizes estabelecidas foi implementada, tornando necessária a atualização dos horizontes político-sindicais da entidade.

PRÓXIMOS PASSOS: submeter ao Conselho de Delegados Sindicais a proposta de rea-

lização do IV CONACON e organizar sua programação, incluindo atividades para servidores ativos e aposentados e curso de formação em política sindical.

OBJETIVOS: realização do IV CONACON em 2027.

31. Celebrar em 2027 os 40 anos da Carreira de Finanças e Controle

REALIZADO: o Sindicato já realizou alguns eventos alusivos à importância da Carreira de Finanças e Controle para o Estado brasileiro, mas em 2027 teremos um momento singular pelos 40 anos de criação da carreira, que precisa ser celebrado à altura.

PRÓXIMOS PASSOS: organizar nacionalmente, com o envolvimento do Conselho de Delegados Sindicais e com as cúpulas da STN/MF e CGU, eventos alusivos aos 40 anos da Carreira de Finanças e Controle.

OBJETIVOS: celebração realizada com sucesso.



V. PRESENÇA NOS ESPAÇOS DE ARTICULAÇÃO E PODER

32. Atuação parlamentar permanente

REALIZADO: O Sindicato consolidou presença permanente no Congresso Nacional. Atuou contra a PEC nº 287/2016 e contra a PEC nº 6/2019, da reforma da Previdência. Também derrotou as PECs nº 32/2020 e nº 38/2024, da reforma Administrativa. E conseguiu conter avanços dos PLs nº 3.995/2024 e nº 4.980/2019, que fragilizavam a carreira. Na agenda propositiva, participou da construção do PL nº 1.893/2026 e da PEC nº 6/2024. Já participou de cerca de 40 audiências públicas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

PRÓXIMOS PASSOS: intensificar a presença nas comissões temáticas de interesse da CGU, da STN e da carreira. Fornecer subsídios técnicos aos parlamentares. In-

tegrar os Delegados Sindicais nos estados à estratégia de atuação parlamentar.

OBJETIVOS: UNACON Sindical reconhecido no Congresso Nacional como interlocutor qualificado e atuante em defesa da carreira e do serviço público.

33. Reforço da presença na mídia e redes sociais

REALIZADO: o UNACON Sindical tornou-se fonte para profissionais de mídia em temas relacionados à carreira, ao serviço público e ao Estado brasileiro. Além disso, as redes sociais do Sindicato, sobretudo o Instagram, têm sido um excelente canal para veiculação de matérias de interesse da carreira, com sucessivos recordes de visualizações e de interação.

PRÓXIMOS PASSOS: ampliar e qualificar a presença na mídia e nas redes sociais, com comunicação tempestiva e relevantes.

OBJETIVOS: manter o UNACON Sindical como fonte qualificada de informação e ampliar sua presença nos meios de comunicação.

34. Articulação intersindical

REALIZADO: há 10 anos o presidente da atual gestão também conduz o FONACATE, o Fórum mais reconhecido do país em termos de articulação do funcionalismo. Em 2020, foi criada a FENAUD, cuja presidência também é exercida desde então. O Sindicato mantém diálogo permanente com o FONASEFE, a Frente Parlamentar Servir Brasil, o MOSAP e entidades representativas de servidores públicos no Brasil e no exterior.

PRÓXIMOS PASSOS: ampliar a articulação e consolidar a liderança do UNACON Sindical na defesa de pautas de interesse do funcionalismo e da carreira.

OBJETIVOS: UNACON Sindical como referência nacional em matérias de interesse do serviço público.

35. Aprimoramento das relações governamentais

REALIZADO: desde 2023, o UNACON Sindical ocupa assento na Câmara Técnica de Transformação do Estado do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável. Também integrou o Conselho Diretor do Instituto República.org e o Conselho Consultivo do Movimento Pessoas à Frente, ambos até o início de 2026. Esses espaços ampliaram a rede de interlocução do Sindicato com autoridades e atores relevantes para a agenda institucional.

PRÓXIMOS PASSOS: qualificar a interlocução com autoridades e órgãos governamentais, com atuação planejada e foco em resultados.

OBJETIVOS: relações governamentais estratégicas, qualificadas e orientadas à defesa dos interesses da carreira.

36. Consolidar participação do sindicato nas instâncias de diálogo institucional

REALIZADO: o UNACON Sindical conquistou assento no Conselho de Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (CTICC) da CGU, composto por representantes do governo e membros da sociedade civil, que tem por objetivo aumentar a participação social por meio do diálogo contínuo entre o governo federal, os movimentos sociais e a população. Essa atuação estratégica permitiu ao Sindicato levar ao CTICC o debate sobre os riscos do PL 3.995/2024, que tramita no Senado Federal e permite a terceirização de atividades de controle. A partir desse alerta, o tema ganhou destaque em diferentes espaços, com manifestações da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD) e Folha de S.Paulo, que destacaram os riscos da alteração incluída pela Câmara dos Deputados no texto do PL. O Sindicato também integra o Comitê de Equidade, Diversidade e Inclusão (CEDIN) da CGU, um espaço importante na construção de um ambiente de trabalho plural, acolhedor e inclusivo.

PRÓXIMOS PASSOS: consolidar a atuação estratégica do UNACON Sindical no CTICC e no CEDIN.

OBJETIVOS: UNACON Sindical presente nas instâncias de diálogo institucional dos órgãos supervisores.



CHAPA 1

Unidade

Experiência

& Ação

VO
TE
CHAPA 1

● DIRETOR DE
FILIADOS
ARIVALDO
SAMPÃO (ARI)
AFC/STN
(APOSENTADO)

● DIRETOR DE
ASSUNTOS
JURÍDICOS
ROBERTO KODAMA
AFC/CGU (ATIVO)

● SECRETÁRIO-
EXECUTIVO
DANIEL LARA
TFC/CGU
(ATIVO)

● PRESIDENTE
RUDINEI MARQUES
AFC/CGU (ATIVO)

● VICE-PRESIDENTE
MÁRCIA SALES
UCHÔA
AFC/STN
(APOSENTADA)

● DIRETOR DE
FINANÇAS
FREDERICO CARLOS
JANZ (CARLÃO)
TFC/CGU
(APOSENTADO)

● DIRETOR DE
COMUNICAÇÃO
SOCIAL
LUIZ ALBERTO
VIEIRA FILHO
AFC/STN (ATIVO)